

ESTADO DE GOIÁS

POLÍCIA MILITAR

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

DIVISÃO DE ENSINO

**Polícia Militar de Roraima, Sua Origem
e Especialização dos Seus Tipos de Policiamento**

Cap. P.M.: José Wilson da Silva

MONOGRAFIA CAQ- 89

Goiania, Go. Novembro de 1989

JOSÉ WILSON DA SILVA

POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA, SUA ORIGEM
E ESPECIALIZAÇÃO DOS SEUS TIPOS DE PO-
LICIAMENTO

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia — 1989

JOSÉ WILSON DA SILVA

POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA, SUA ORIGEM
E ESPECIALIZAÇÃO DOS SEUS TIPOS DE PO-
LICIAMENTO

*Esta Monografia foi apresentada como pré-
requisito para a complementação do currí-
culo do Curso de Aperfeiçoamento de Ofi-
ciais da Polícia Militar de Goiás, ano
1989.*

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Goiânia — 1989

PENSAMENTO

"Tua bondade e misericórdia, nos tem sido possível vencer as dificuldades interpostas em nosso caminho para nos reunirmos aqui, em nome e prosseguirmos em nosso labor.

Faze, Senhor, com que nossos corações e inteligências sejam, sempre iluminadas pela luz que vem do alto e que, fortificados por teu amor e bondade, possamos compreender que, para nosso trabalho ser coroado, de êxito, necessário se faz a fiel obediência dos princípios da amizade."

CAO/89

AGRADECIMENTOS

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

À minha esposa, Reacilda Magalhães da Silva, pela sua compreensão e dedicação, não hesitando em momento algum em dar sua efetiva parcela de incentivo, que tanto contribuiu para elaboração deste trabalho.

CAO/89

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	04
1.1 Apresentação do Tema	04
ESTADO DE RORAIMA — CAPITAL BOA VISTA	05
Aspectos Físicos	05
Dados Históricos	05
População	06
Economia	06
PARTE I	
1 — CRIAÇÃO	12
2 — CRIA-SE UMA FORÇA DE SEGURANÇA INTERNA	12
2.1 Integrantes da Guarda Territorial	13
2.2 Mudanças Estruturais	13
2.3 Cria-se e Extingue-se uma Força	14
2.4 Implantação	14
2.5 Missão Policial	15
2.6 Quartel do Comando Geral	15
2.7 Desenvolver para Melhor Servir	17
2.8 Situação Atual	17
2.9 A Grande Conquista	18
PARTE II	
CENTRO DE OPERAÇÕES MILITARES (COPOM)	21
1 — CONCEITO	21
2 — COMPOSIÇÃO	21
3 — ATRIBUIÇÕES	21
4 — OCORRÊNCIAS	26

CAO/89

PARTE III

RÁDIO PATRULHAMENTO	30
1 — CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DE ATUAÇÃO	31
2 — NECESSIDADE DE SE PREENCHEREM ESPAÇOS NÃO COBERTOS PELO POLICIAMENTO A PÉ	31
3 — NECESSIDADE DE SE COBRIR MAIOR NÚMERO DE LOCAIS DE RISCO	32
4 — APOIO AO POLICIAMENTO A PÉ	32
5 — MOBILIDADE	33
6 — ÍNDICE DE OCORRÊNCIA ELEVADO	33
7 — NECESSIDADE DE MAIOR FLEXIBILIDADE DO EFETIVO EMPREGADO	34
8 — COMUNICAÇÃO CONSTANTE E IMEDIATA	34
9 — HORÁRIOS DE EMPREGO	34
10 — NECESSIDADE DE SE TEREM EFETIVOS MELHOR EQUIPADOS E MELHOR ARMADOS	35

PARTE IV

POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	37
1 — CONCEITO	37
2 — A ESPECIALIZAÇÃO DO POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	38
3 — VANTAGENS	39
3.1 Melhor Atendimento ao Público	39
3.2 Redução de Acidentes	39
3.3 Maior Credibilidade da População	39
3.4 Participação Efetiva da PM no Planejamento de Trânsito	39
3.5 Redução de Outros Delitos e a Execução de Campanhas Educacionais e Preventivas	40
4 — DOUTRINA DE PROCEDIMENTOS E AUTO CONFIANÇA	41
5 — COMO DEVE SER O POLICIAL MILITAR DE TRÂNSITO	41
5.1 Formação	41
5.2 Perfil Profissiográfico	41
5.3 Condições Físicas	42
5.4 Condições Intelectuais	42
5.5 Condições Psicológicas	42
5.6 Habilitação Técnico-profissional	42

CAO/89

CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	50
ANEXOS	53
1 — Localização de Roraima do Ponto de Vista Geográfico	
2 — Desdobramento do Efetivo de Polícia Militar (Interior)	
3 — Meios de Comunicação com a Central	
4 — Critérios para um Policiamento de Rádio-patrolha	
5, 6, 7, 8, 9 e 10 — Divisão de Roraima em Sub-áreas de Policiamento	

CAO/89

1 — INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

(No mundo em que se vive hoje, onde se tem que conviver com a fome, a miséria, o analfabetismo, e luta ideológica, os tóxicos, a prostituição, o crescimento da criminalidade, o elevado índice migratório, o progresso econômico, foram fatores que levaram as autoridades a dotar o Território de uma organização policial militar fardada, pois a necessidade de criação de outro órgãos de segurança para a população territorial era imprescindível, porque a guarda de segurança existente tinha características civis.)

Surge, então, a Polícia Militar de Roraima, que em véspera de completar seu 14º aniversário, sente que muitas coisas foram feitas, porém, muito ainda se tem a fazer, não em benefício próprio, e sim, da comunidade, que busca e cobra confiança e segurança.

A presente Monografia tem por objetivo divulgar entre a população policiada, desenvolvimentos e prestações de serviços prestados pela Instituição, que é a Polícia Militar de Roraima, nos seus quase quatorze anos de existência, como também a especialização dos seus tipos de policiamentos.

CAO/89

ESTADO DE RORAIMA — CAPITAL BOA VISTA

ASPECTOS FÍSICOS

Roraima está situado no extremo setentrional do país, com uma área de 225.017 km², equivalente a 2,7% da superfície do Brasil.

Límite: ao norte com Guiana e Venezuela; ao sul com o Estado do Amazonas, ao leste com a Guiana e os Estados do Amazonas e Pará, a oeste com a Venezuela e o Estado do Amazonas. Suas fronteiras internacionais estendem-se por 964 km com a Venezuela e 958 km com a República Cooperativista da Guiana. Incluem-se em sua área, três unidades geomorfológicas distintas: *Região Amazônica, Região Montanhosa e Região de Planície.* Esta última, cobrindo cerca de 40.000 km², que equivale à superfície dos Estados de Alagoas e Sergipe. Ver anexo nº 01.

Roraima está dividido em sete municípios: *Alto Alegre*, distante de Boa Vista (capital) 97 km de estrada não asfaltada; *Bonfim*, 115 km de estrada não asfaltada; *Normandia*, 205 km de estrada não asfaltada; *Mucajái*, 45 km de estrada asfaltada; *Cara-carái*, 150 km, sendo 80 km asfaltada; *São João do Baliza*, 320 km, sendo 80 km asfaltada e *São Luiz do Amauã*, 340 km com 80 km asfaltada.

DADOS HISTÓRICOS

Em 1775, Roraima chamava-se Freguezia de Nossa Senhora do Carmo; em nove de novembro de 1858, passou a chamar-se Fregue-

CAO/89

zia de Boa Vista; em 1890 foi elevada a município por nome Boa Vista do Rio Branco, pertencente ao Estado do Amazonas; 1938 o município passa a chamar-se Boa Vista; 1943 criação do Território Federal do Rio Branco; 1962 o Território passa a chamar-se Território Federal de Roraima; 1988 com a promulgação da nova constituição brasileira, em 05.10.88, o Território Federal de Roraima é transformado em Estado de Roraima.

POPULAÇÃO

A população do novo estado é constituída de uma miscelânea de tipos brasileiros, *gaúchos*, *paranaenses*, *pernambucanos*, *maranhenses*, *cearenses*, *riograndenses*, predominando o nordestino. Mas sua maioria é remanescente das tribos *Macuxi* e *Wapixana*.

Antes da grande demanda de garimpeiros, que é estimada em 50.000, Roraima tinha uma população de 126.764 habitantes, possuindo, assim, uma das mais baixas densidades demográficas do Brasil. Sua população indígena não aculturada, está estimada em 8.000 indígenas, dispersos pelas várias malocas do estado:

ECONOMIA

Roraima é rico em minérios de grande valor econômico, como *urânio*, *cassiterita*, *molibdênio*, sem contar com o *ouro* e *diamante*, que estão em plena atividade extrativista. A pecuária, sua primeira riqueza básica, ocupa agora um honroso segundo lugar, tendo em vista o desânimo causado aos fazendeiros pelos grandes confrontos entre fazendeiros e a Igreja pela posse da terra.

CAO/89

Outro ponto que vem favorecendo a economia local é o grande apoio dado pelo *Governo do Estado — Prefeitura de Boa Vista.*

CAO/89

P A R T E I

1 — CRIAÇÃO

Polícia Militar de Roraima, considerada força auxiliar reserva do Exército Brasileiro, cuja missão no âmbito territorial é a manutenção da ordem pública.

Oriunda da extinta Guarda Territorial, a Polícia Militar de Roraima foi criada no dia 26 de novembro de 1975, pela lei nº 6.270, e regulamentada no dia 11 de janeiro de 1977 pelo Decreto Lei nº 79.108.

2 — CRIA-SE UMA FORÇA DE SEGURANÇA INTERNA

Sentia-se, ainda no ano de 1944, a necessidade de criação de um órgão capaz de dar segurança e tranquilidade ao povo roraimense.

A cidade era pequena, mas havia necessidade de policiamento, para a segurança da população.

Assim, no dia 21 de novembro de 1944, no governo do Capitão Ene Garcez dos Reis, foi criada a hoje extinta Guarda Territorial, conforme Decreto nº 2, o qual não fixava efetivo, e que mais tarde viria a transferir seus serviços e responsabilidades

CAO/89

dades à Polícia Militar de Roraima.

A Guarda Territorial era subordinada diretamente ao governo do Território e tinha como missão a manutenção da ordem interna, bem como a reparação, conservação e construção de edifícios públicos, construção de estradas e caminhos, serviços de transportes, comunicação, além de outros.

O comando da Guarda Territorial poderia tanto ser exercido por civis, como por militares.

Apesar do caráter civil da organização, eram ministradas instruções inerentes às missões que lhe eram atribuídas e seus componentes usavam uniformes característicos.

2.1 — INTEGRANTES DA GUARDA TERRITORIAL

A Guarda Territorial contava com um número de 147 soldados e cabos, formados por Guardas Territoriais, regidos pela CLT e quadro permanente e eram designados como GT.

Assim como a Polícia Militar de Roraima, a Guarda Territorial possuía entre seus integrantes, homens de diferentes estados como maranhenses, pernambucanos, paraenses, amazonenses, gaúchos, roraimenses e outros, homens de costumes e tradições diferentes, porém, todos com um único pensamento: dar à população roraimense a segurança e tranquilidade necessárias para o desempenho de suas atividades, objetivando, com isso, o engrandecimento de nosso território, sem nunca medir esforços, mesmo com o risco da própria vida.

CAO/89

2.2 — MUDANÇAS ESTRUTURAIS

No dia 21 de novembro de 1975, em véspera de ser transformada em Polícia Militar, a Guarda Territorial começa a sofrer algumas modificações em suas estruturas: mais militar, menos civil.

Comandado desde o ano de 1974 pelo 2º Ten.PM. (Estagiário II) Derly Luiz Vieira Borges, a Guarda Territorial passa a executar serviços que exigem desgaste físico muito grande de seus integrantes. Buscando dar a seus componentes um preparo técnico profissional que a função policial exige e, automaticamente com isso, dar mais segurança à população roraimense.

2.3 — CRIA-SE E EXTINGUE-SE UMA FORÇA

No dia 26 de novembro de 1975 cria-se a Polícia Militar de Roraima, extinguindo-se, assim, a primeira força de segurança interna do Território de Roraima: a Guarda Territorial.

2.4 — IMPLANTAÇÃO

No dia 28 de abril de 1976 era implantada a Polícia Militar de Roraima, tendo como seu primeiro Comandante Geral, o Major da Arma de Infantaria QEMA Paulo de Tarso de Carvalho, comissionado no posto de Coronel PM pelo governador do Território Federal de Roraima, sendo o mesmo posto à disposição deste Território, deixando, assim, de comandar a Polícia Militar de Roraima, o 2º Ten. PM, Derly Luiz Vieira Borges, assumindo na mesma data o subcomando da Polícia Militar de Roraima. Sua re-

CAO/89

gulamentação aconteceu somente no dia 11 de janeiro de 1977, pelo Decreto Lei nº 79.108.

2.5 — MISSÃO POLICIAL

A Polícia Militar de Roraima é um órgão de segurança interna, que tem como missão principal o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo e ainda de trânsito, realizando também relevantes serviços de prevenção de combate a incêndios, bem como o de proteção e salvamento de vidas e materiais (Corpo de Bombeiros).

2.6 — QUARTEL DO COMANDO GERAL

A história do Quartel do Comando Geral confunde-se com a história das frações que antecederam o Comando de Fronteira de Roraima — CFR/2º BEF.

Em 1948, a criação do Território do Rio Branco tornou-se indispensável um novo dispositivo militar nesse lado do Brasil, o que efetivamente ocorreu em 1952, com a criação do 1º Pelotão de Fronteira (PEF), antigo contingente do Rio Branco. Com organização própria e missões definidas no local exato onde hoje é o Comando Geral da Polícia Militar de Roraima, com instalações embora toscas, mas compatíveis com o efetivo da época.

Em 21 de abril de 1961; as instalações sofrem novas ampliações para abrigar novo efetivo.

Em 23 de maio de 1969, foi criado o Comando de Fronteiri

CAO/89

ra de Roraima e as instalações foram novamente adaptadas, com a construção de garagens cobertas, administração e alojamentos das subunidades, novo rancho para cabos e soldados, bomba de gasolina.

No dia 31 de março de 1976, o Comando Fronteira Roraima/2º BEF, transferiu suas instalações para um novo aquartelamento, no Bairro do Pricumã.

As antigas instalações da Rua Cerejo Cruz passaram para a recém criada Polícia Militar, que instalou ali seu Comando Geral, Centro de Operações Policiais-militares, Subunidades Operacionais PM/BM e o Centro de Suprimento e Manutenção (CSM), ocupando o prédio no dia 13 de abril de 1976, 15 dias antes da efetiva implantação da Polícia Militar de Roraima, que até então, ocupava o prédio da Av. Ene Garcez, onde era o quartel da ex-Guarda Territorial.

Hoje nesse prédio funciona a Secretaria de Segurança Pública. A partir de 13 de abril de 1976, o prédio do quartel do Comando Geral vem sofrendo reformas e construções no sentido de atender as necessidades da corporação. Foram construídos uma quadra polivalente, um auditório, um moderno estande de tiro policial, pavimentação interna e externa, área para estacionamento, entre outros.

O crescimento do efetivo da corporação, com tendência a acompanhar o da cidade de Boa Vista e do Território, levou o Comando Geral da Polícia Militar de Roraima a implantar e ativar no dia 21 de março de 1983, o Comando de Policiamento da ca

CAO/89

pital e do interior (CPCI), embriões de futuros batalhões PM. Funcionando junto com a administração do Comando Geral, o antigo quartel já não suporta o acúmulo das atividades administrativas e operacionais da PM.

2.7 — DESENVOLVER PARA MELHOR SERVIR

A Polícia Militar de Roraima, como órgão de segurança e apoio à comunidade, sente a necessidade de maior desenvolvimento e descentralização de cargo, para melhor servir a comunidade, dentro do que dispõe, procurou adaptar o que possui as necessidades reais da população.

2.8 — SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente exerce a função de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima o Tenente Coronel PM Cleiton Cavalcanti d'Almeida, oriundo dos quadros da Polícia Militar de Pernambuco, por determinação e indicação do Exmº Sr. Governador do Estado de Roraima, Romero Jucá, sendo, também, o coordenador estadual da defesa civil.

A Polícia Militar de Roraima conta hoje, além de seu estado maior e órgãos de apoio, com um comando intermediário: o Comando de Policiamento Capital e Interior, constituído organicamente de uma companhia PM (1º), responsável pelo policiamento ostensivo, preventivo na capital e circunvizinhanças; uma companhia policial militar (2º), encarregada do policiamento ostensivo no interior do Estado de Roraima e de um Corpo de Bombeiros devidamente equipado e aparelhado para executar relevantes missões de prevenção e extinção de incêndios, busca e sal-

(Ver anexo nº 02)

CAO/89

vamento de vidas e materiais, executa ações de defesa civil e realiza, também, o serviço de prevenção e combate a incêndio no Aeroporto Internacional de Boa Vista.

2.9 — A GRANDE CONQUISTA

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 77, de 03 de agosto de 1989, enviada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, atendendo o pleito do Exmº Sr. Governador do Estado de Roraima, Dr. Romero Jucá, a Polícia Militar de Roraima teve seu efetivo duplicado de 750 homens, para 1.500 homens. (159) policiais militares já estão sendo formados pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Corporação e (200) já em processo de seleção e recrutamento.

Este pleito há muitos anos vinha sendo o sonho de todo policial militar; somente agora, com interferência direta do Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. Romero Jucá, foi concretizado. Há muito o nosso policial (soldado), vinha precisando deste aumento para poder proporcionar uma melhor assistência familiar, passar um final de semana com a família, fato que não acontecia há muito tempo, prejudicando, inclusive, a parte disciplinar, ocasionando punições por falta ao serviço. Agora, podemos oferecer à comunidade um melhor serviço, dando-lhe maior segurança.

Com o efetivo aumentado e completo, novas unidades serão criadas, novos métodos de policiamento serão implantados com o direcionamento da ação policial para os pontos críticos

CAO/89

e áreas traumáticas, visando adaptar a atuação da polícia militar às novas exigências da segurança pública:

Após esta conquista, com uma frota moderna de viaturas todas com comunicações e salários condignos, tem hoje, a Polícia Militar de Roraima, condições de produzir em maior escala a segurança, razão maior de sua existência, dando mais tranquilidade à população laboriosa deste estado que tanto dela espera e confia.

Lema: Nossa vida é guardar sua vida.

CAO/89

P A R T E I I

CENTRO DE OPERAÇÕES MILITARES (COPOM)

1 — CONCEITO

É a parte orgânica do Comando de Policiamento da Capital Interior (CPCI) responsável pela coordenação, controle e fiscalização das ações e operações policiais militares na área circunscricional do CPCI.

2 — COMPOSIÇÃO

O COPOM é composto de:

- A — Chefia — compreendendo o diretor e o adjunto;
- B — Oficiais de operações;
- C — Operadores;
- D — Telefonistas;
- E — Escreventes;
- F — Expediente.

3 — ATRIBUIÇÕES

A — Compete ao Centro de Operações Policiais-Militares (COPOM), de modo geral:

- 1) Acionar, coordenar, controlar e fiscalizar a execução de todo policiamento motorizado por meio de rádio, na área jurisdicional do CPC.

CAO/89

2) Atender as solicitações das autoridades e do público, acionando os meios disponíveis adequados:

3) Fornecer fichas de ocorrências e *cartões programas* para as VTRs.

4) Autorizar o transporte de pessoas quando em objeto de serviço.

5) Autorizar o transporte de doentes, menores abandonados etc, quando os recursos normais para esses casos estiverem esgotados.

6) Tomar ciência do transporte de componentes da corporação, doentes ou feridos.

7) Autorizar, quando as circunstâncias exigirem, que a viatura ultrapasse a velocidade permitida.

8) Avaliar a necessidade ou conveniência do recolhimento de viaturas.

9) Autorizar o patrulhamento a ser efetuado pelas viaturas, *fiscalizando-o* para que obedeça os itinerários previstos.

10) Acusar e registrar a entrada em serviço de todas viaturas operacionais.

11) Orientar as guarnições, quando solicitado ou sempre que julgar necessário, sobre a maneira correta de atender ocorrências.

12) Manter atualizado o quadro de viaturas que se acham

CAO/89

operando.

13) *Coordenar e fiscalizar* a execução de planos especiais de policiamento.

14) Acionar, quando necessário, o apoio a viaturas ou ao policiamento em geral.

15) Manter o comandante de Policiamento da Capital Interior informado sobre o número de viaturas operacionais em serviço e sobre fatos relevantes.

16) Remeter à Seção de Estatística as fichas de ocorrências devidamente datilografadas.

B — *Ao diretor do COPOM compete:*

1) Responder perante o Comandante do Policiamento da Capital Interior pela regularidade de todas atividades operacionais e administrativas do Centrol.

2) Assumir o comando direto das redes operacionais e administrativas do Centro.

3) Manter diariamente informado o Comandante do Policiamento da Capital Interior sobre as atividades do Centro e de todo o policiamento motorizado da área do CPCI.

4) Providenciar para que as instruções técnicas a respeito dos aparelhos de comunicação sejam devidamente acatadas.

5) Zelar pela disciplina das comunicações.

6) *Fiscalizar* a instrução especializada ministrada ao pes-

CAO/89

soal do Centro.

7) Receber, analisar e encaminhar ao Comandante do Policiamento da Capital Interior o mapa diário referente ao número de viaturas em atividade no policiamento.

8) Responder, perante o Comandante do Policiamento da Capital Interior, pela disciplina, fiscalização e segurança nas comunicações.

9) Zelar para que as comunicações transmitidas ou recebidas sejam exclusivamente para o serviço.

10) Comunicar ao Comandante do Policiamento da Capital Interior toda e qualquer alteração da rede de comunicação do CPCI.

11) Orientar e fiscalizar os oficiais de operações.

12) Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Comandante do Policiamento da Capital Interior:

C — Aos *Oficiais de Operação do COPOM* compete:

1) Dirigir pessoalmente as operações do COPOM, fiscalizando a exploração dos meios de comunicação.

2) Orientar o Policiamento Motorizado quanto ao cumprimento de ordens e normas de ações particulares.

3) Cientificar a ocorrência de casos de natureza grave às autoridades que deles devem tomar conhecimento, sem prejuízo do prosseguimento de sua atuação.

CAO/89

4) *Conferir* e encaminhar ao seu chefe imediato o mapa diário do número de viaturas operacionais empenhadas no serviço.

5) *Manter-se* atualizado quanto aos planos e ordens emanadas de autoridades superiores, zelando quanto à sua fiel execução:

6) *Assinar* as fichas de ocorrências encerradas, verificando se estão preenchidas corretamente e, principalmente, *fiscalizando* horário, tempo gasto no percurso e quilometragem percorrida.

7) *Autorizar* deslocamentos e saídas de áreas de viaturas operacionais, quando isso se tornar necessário.

8) *Fiscalizar* e participar da instrução especializada a ser ministrada aos componentes de sua equipe ao início do serviço.

9) *Encaminhar* ao final do turno de serviço ao diretor do COPOM, relatório sucinto sobre as ocorrências atendidas.

D — *Aos Operadores de Serviço do COPOM* compete:

1) *Receber* a ficha de ocorrência, anotando a hora de seu recebimento, preenchendo-a e designando a viatura mais próxima para o local da ocorrência, transmitindo as instruções emanadas do oficial de operações.

2) *Observar* as regras básicas de exploração das comunicações, *fiscalizando* a disciplina da rede.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

CAO/89

3) *Solicitar* a intervenção do Oficial de Operações sempre que julgar necessário.

4) *Orientar* as guarnições de RP no atendimento das diversas ocorrências.

5) *Observar* o uso dos códigos, zelando pelo sigilo das comunicações.

4 — OCORRÊNCIAS

O acionamento do COPOM para o atendimento das ocorrências dispõe ainda de um sistema de comunicações capaz de apoiar a execução do policiamento ostensivo.

- Sistema de telex;
- Sistema telefônico de urgência 190 (OC Pm);
- Sistema telefônico de urgência (OC BM);
- Sistema telefônico automático comum 224-5506;
- Sistema rádio-comunicação — VHF/558;
- Sistema de alarme bancário;
- Sistema de comunicação de emergência na faixa Cidadão PX;
- Sistema de localização e controle das viaturas e dos demais policiamentos da capital (mapa localizador);
- Sistema de localização do PS (pontos sensíveis) da capital;
- Sistema de comunicação através rádio com a SSP (Secretaria de Segurança Pública. (Ver anexo nº 03.)

Observe-se que o atendimento às ocorrências depende de análise do *Oficial de Operações*.

É primordial para qualquer corporação policial militar

CAO/89

que a sua *Central* de operações seja bastante rigorosa no controle das operações, das ordens recebidas a transmitir, das viaturas nos seus deslocamentos dentro do subsetor de policiamento, não deixando que viaturas desviem o itinerário dado aos seus comandantes no cartão programa, solicitando que quando da saída do PPO (*Posto Policial Observação*) seja comunicada e dada a quilometragem para o controlador de viaturas fazer suas anotações.

A *Central* não deverá permitir conversas paralelas, precisando deixar a rede livre para atender as ocorrências que poderão ocorrer.

Outro fator para o controle das viaturas dentro do itinerário é a colocação de oficiais (*Tenentes*) para fiscalização, e atendimentos das ocorrências mais graves.

Para que a *Central de Operações* funcione a contento é preciso um maior interesse do alto comando pelas comunicações, tendo em vista ser a *Central* de Comunicações a espinha dorsal de uma unidade policial militar. É preciso apoiar, solucionar seu efetivo, distribuir dentro do próprio "QO" da *Central*. Dar preferência para policiais que gostem do tipo de serviço. Nunca imposto, é preciso dar oportunidade para que o nosso policial possa escolher aonde queira trabalhar através da seleção e, em seguida, a sua *especialização* dentro do escolhido.

Fica sugerido que o *perfil* do policial militar ideal para operar o sistema adotado pela corporação deve ter as seguintes características:

- Ter boa faculdade sensorial;

CAO/89

- Ter de 10 a 20 anos de efetivo serviço;
- Ter vivência e conhecimento do serviço de linha;
- Ter profundo conhecimento de circunscrição de sua unidade operacional;
- Ser educado, solícito, desprendido e leal;
- Estar no comportamento "ótimo";
- Facilidade e saber contactar-se com o público interno e externo;
- Ter frequentado ou frequentar estágio de comunicações ou rádio-patrolhamento;
- Ser selecionado dentro da própria unidade operacional;
- Por último, ser plenamente conscientizado da importância do seu desempenho na Central de Operações, considerando que o esforço de cada um depende do êxito de sua organização e, consequentemente, da corporação.

CAO/89

P A R T E I I I

CAO/89

RÁDIO-PATRULHAMENTO

Critérios a serem considerados na definição tática do emprego de viaturas de Rádio-Patrolha (ver Anexo nº 4).

O comandante de uma fração PM, ao receber os meios colocados à sua disposição para a execução do Policiamento Ostensivo, depara-se com inúmeras variáveis que influem diretamente no seu planejamento.

Para alcançar um rendimento ideal dos meios de que dispõe, necessário se faz um emprego judicioso desses meios, calçados em critérios ou fatores lógicos e coerentes.

Entendemos que determinados critérios servem como pontos básicos para se estabelecer o número correto de viaturas a serem empregadas em determinadas localidades. Basicamente procuramos desenvolver nosso trabalho tendo como idéia central o princípio do *Policiamento Ostensivo, emprego lógico*, que diz:

A disposição de meios para execução do Policiamento Ostensivo deve ser o resultado de julgamento criterioso das necessidades, escalonadas em prioridades de atendimento, da dosagem do efetivo e do material, compreendendo o uso racional do que estiver disponível, bem como de um conceito de operação bem claro e definido.

CAO/89

1 — CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DE ATUAÇÃO

Fatores ou normas empregadas na distribuição de viaturas de *Radiopatrulha* em uma localidade, muitas vezes podem ser considerados somente em parte. Noutra localidade, ou até mesmo não serem considerados, em razão das características próprias que cada uma apresenta.

Para escolha do local de atuação e, conseqüentemente o emprego da viatura *Radiopatrulha*, devemos levar em consideração o espaço físico da área, número de ocorrências registradas, área comercial e bancária.

2 — NECESSIDADES DE SE PREENCHEREM ESPAÇOS NÃO COBERTOS PELO POLICIAMENTO A PÉ

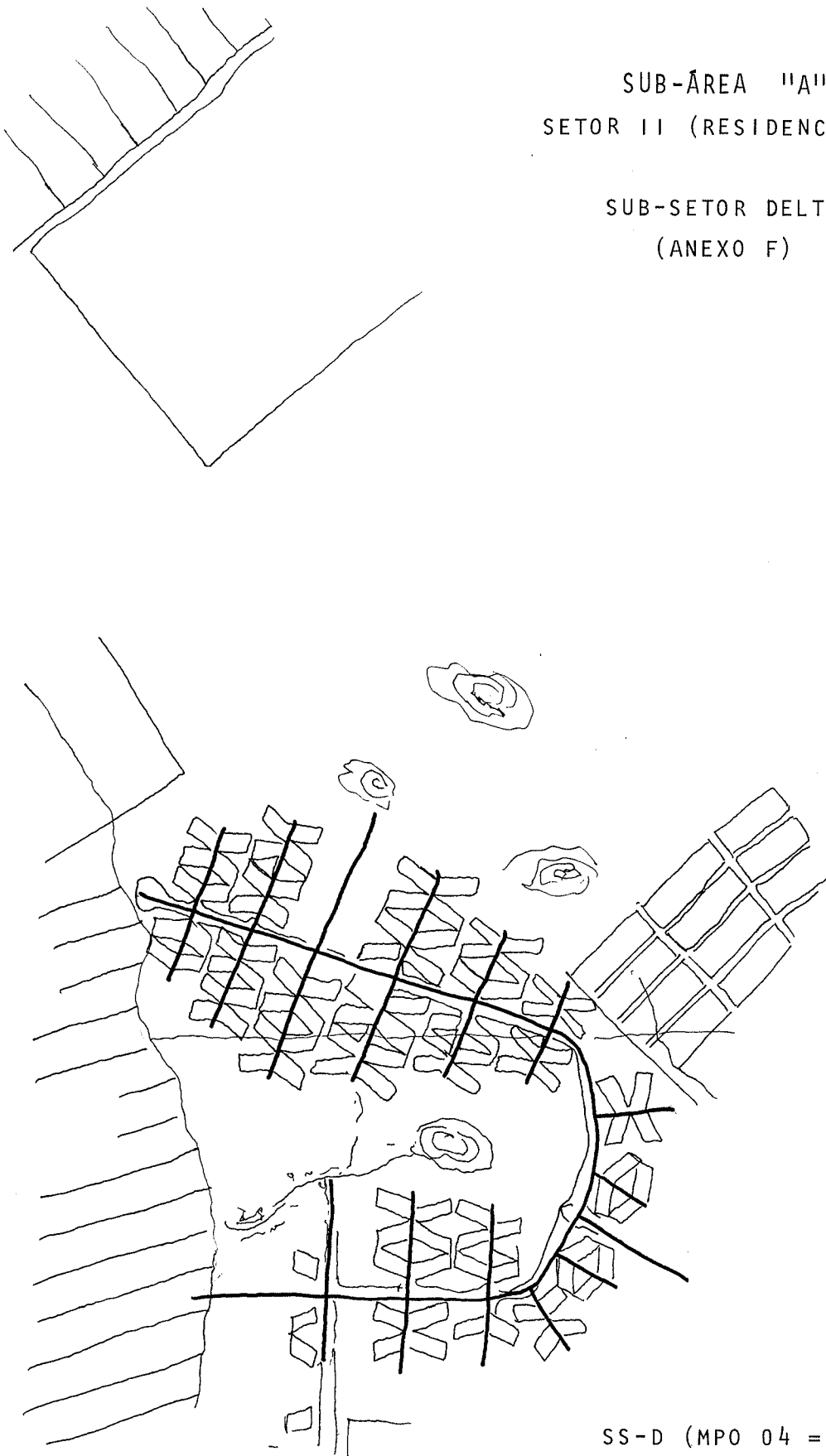
Quando da confecção de um plano de policiamento, após respectivos levantamentos sobre as características gerais da área a ser policiada, o comandante pode chegar à conclusão de que não tem o número ideal de policiais militares para ser utilizados no policiamento a pé. Referida situação também pode ocorrer em virtude de indisponibilidade no efetivo, causados por exclusões, afastamentos temporários provocados por férias, licenças especiais.

Isto poderá provocar claros em locais de risco que, em razão de suas características específicas, deveriam ser cobertos pelo policial a pé. No entanto, se tiver meios à mão, o comandante poderá utilizar a viatura de *Radiopatrulha* como uma alternativa eficiente e eficaz no preenchimento daqueles vazios.

CAO/89

SUB-ÁREA "A"
SETOR II (RESIDENCIAL)

SUB-SETOR DELTA
(ANEXO F)



SS-D (MPO 04 = LIBERDADE)

- . BAIRRO DA LIBERDADE
- . BAIRRO DA PRICUMÃ
- . BAIRRO DOS BURITIS
- . BAIRRO DO CAIMBÉ
- . BAIRRO PARANAVIANA
- . BAIRRO ASA BRANCA

3 — NECESSIDADE DE SE COBRIR MAIOR NÚMERO DE LOCAIS DE RISCO

O conjunto de pontos considerados como locais de risco, tais como área bancária, conjunto de casas comerciais.

Através de uma única viatura de *Radiopatrulha* poder-se-á aumentar o raio de ação da atuação policial, facilitando, através da mobilidade, a que todos os locais citados sejam visitados e tenham uma presença efetiva da polícia. Com a utilização da viatura de *Radiopatrulha* a mesma transmite uma sensação de segurança mais abrangente à comunidade, tendo em vista a possibilidade de se inspecionar um maior número de locais potencialmente geradores de ocorrências policiais-militares.

Nesse caso, para se obter eficiência e eficácia, necessário se faz que o emprego dessas viaturas obedeça a um judicioso planejamento em termo de distâncias a serem percorridas, itinerários lógicos e racionais.

(Utilização a risco do Cartão Programa.)

4 — APOIO AO POLICIAMENTO A PÉ

No planejamento e confecção do *Cartão Programa* de uma viatura de *Radiopatrulha* ou do setor de policiamento, tornou-se obrigatórios e também constituem-se em pontos fundamentais no estabelecimento dos itinerários a serem percorridos, a passagem pelos postos a pé e o conseqüente contato direto com os policiais, a fim de que estes sejam cientificados dos últimos fatos ocorridos, bem como sejam apoiados naquilo que for necessário. (Ver anexos nºs 05, 06, 07, 08, 09 e 10.)

CAO/89

5 — MOBILIDADE

O marechal alemão Erwin Rommel, cognominado de "*A Raposa do Deserto*" mobilizou-se pelas suas vitórias na África do Norte, em virtude de suas forças serem totalmente motorizadas, o que lhe dava uma superioridade a mais em razão da mobilidade dessas forças.

A importância da viatura de *Radiopatrulha* no fator mobilidade é indispensável, pois consegue reunir ao mesmo tempo todas as condições para fazer bem a esse tipo de situação. A necessidade de maior ou menor mobilidade, que será estabelecida pelo planejador em função das características policiais de sua área, servirá para determinar o espaço geográfico de cada posto a ser coberto por uma viatura *Radiopatrulha*.

6 — ÍNDICE DE OCORRÊNCIA ELEVADO

O crescente aumento do índice de ocorrência em uma zona ou comunidade considerada, poderá determinar a necessidade de uma presença policial mais constante, mais efetiva, a fim de que se restabeleça o padrão de normalidade desejado na impossibilidade de se deslocarem outros efetivos para que assumam em caráter permanente o encargo de reduzir esse número de delitos cometidos, pode-se fazer uso da viatura de *Radiopatrulha*.

Sem desviá-la do seu posto principal, através do estabelecimento de um *Cartão Programa* suplementar com itinerários que cubram aquelas zonas consideradas; pode-se dar um apoio efetivo em virtude de sua mobilidade e da sua presença inesperada,

CAO/89

imprevisível que acaba surpreendendo o infrator.

7 — NECESSIDADE DE MAIOR FLEXIBILIDADE DO EFETIVO EMPREGADO

Proporcionando um apoio eficaz entre as suas várias peças de manobra, bem como possa compensar as flutuações de ocorrências nos diversos postos e a conseqüente sobrecarga de trabalho daí advinda, no meu entender, a peça de manobra que mais atende a essa necessidade de flexibilidade é a viatura de *Radio patrulha*, em razão da seguinte característica.

8 — COMUNICAÇÃO CONSTANTE E IMEDIATA

Que lhe confere a possibilidade de estar sempre a par do que está ocorrendo na área de ação e em permanente contato com o comando. Isso permite decisões rápidas e oportunas, visando uma perfeita adequação às necessidades do momento.

9 — HORÁRIOS DE EMPREGO

Em razão das particularidades já citadas, o policiamento noturno, de uma forma geral, acaba concentrando-se na inspeção do patrimônio particular e privado (residências, edifícios, casas comerciais, estabelecimentos bancários etc.) e público (prédios públicos, logradouros).

Dentro dessa idéia, igualmente entendemos que, de um modo geral, o policiamento noturno deva ser executado somente pelo processo motorizado, através de *Radiopatrulhas*, que é o processo que reúne melhores condições para atender às necessidades desse tipo de situação.

CAO/89

10 — NECESSIDADE DE SE TEREM EFETIVOS MELHOR EQUIPADOS E MELHOR ARMADOS

Um dos princípios do Policiamento Ostensivo é a *antecipação* que se destina a minimizar a surpresa, caracterizar um clima de segurança na comunidade e fazer face ao fenômeno da evolução de criminalidade com maior presteza.

Para fazer face a esses delitos, entende-se que as *viaturas de Radiopatrulha* é a peça que possui maior capacidade de manobras pela sua mobilidade, rapidez, comunicação permanente e instantânea, além de poder conduzir melhor armamento e maior quantidade de equipamentos.

CAO/89

P A R T E I V

CAO/89

POLICIAMENTO DE TRÂNSITO

1 — CONCEITO

Tipo específico de Policiamento Ostensivo executado em vias urbanas abertas à livre circulação, visando a disciplinar o público no cumprimento e respeito às regras e normas de trânsito, estabelecidas por órgão competente, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e legislação pertinente.

Toda atividade humana tende a *especialização*, sendo que ela dará oportunidade a uma melhor seleção, formação e treinamento, bem como um aumento na eficiência na prestação do serviço a ser realizado.

O policiamento de trânsito realizado na capital do Estado de Roraima, Boa Vista, é executado pelos processos *a pé* e *motorizado*.

O policiamento *a pé* é executado na área comercial, nos cruzamentos considerados críticos, na porta de colégios, nos semáforos para fiscalização dos condutores que desobedecem à sinalização. *Boa Vista* é uma cidade plana, com avenidas e ruas largas bem traçadas, propícia para ser uma capital de menor índice de acidente de trânsito. Mas não, *Boa Vista* está incluída nas estatísticas nacionais, levando-se em consideração sua popula-

CAO/89

ção como a de maior índice, principalmente nos dois últimos anos, com a demanda desenfreada de garimpeiros e compradores do precioso minério para Roraima.

Com o aumento desordenado de veículos auto motores e o crescimento do índice de acidentes, a cobrança da comunidade por soluções, levou as autoridades a uma reflexão sobre o assunto.

O Comando da Polícia Militar e seu Estado Maior reuniram-se e chegaram à seguinte conclusão:

Formação imediata de um pelotão de trânsito bem equipado e "especializado" para enfrentar essa grande batalha. Os frutos vieram rápido. Já no primeiro mês, observou-se uma considerável baixa nos índices.

No meu entender, a "especialização" do efetivo destinado ao pelotão de trânsito deve continuar e que o seu comandante faça e participe de encontros, seminários, cursos de trânsito, em outros estados.

2 — A ESPECIALIZAÇÃO DO POLICIAMENTO DE TRÂNSITO

Pelos dados citados, verifica-se que os acidentes estão em uma escala crescente e que o problema, indubitavelmente, agravar-se-á. Portanto, medidas urgentes precisam ser adotadas visando não só enfrentar a situação atual, como planejar ações que permitam reduzi-los a níveis toleráveis.

CAO/89

3 — VANTAGENS

3.1 MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Havendo organização policial militar "*especializada*", as possibilidades de cometimentos de erros por policiais militares serão minimizadas e, portanto, decorrerá um atendimento mais eficaz, a população ficará conscientizada de que conta com uma *organização bem estruturada* cujos integrantes se encontram *suficientemente capacitados* para adotarem medidas acertadas que lhes propiciarão uma *segurança mais efetiva*.

3.2 REDUÇÃO DE ACIDENTES

Policiais militares "*especializados*", desempenhando missões bem definidas e com efetividade, isto é, ocupando todos os locais de risco durante todo o tempo e dispondo de meios adequados reduzirão, inegavelmente, as ocorrências de acidentes, pois a presença do policial atuando preventivamente desestimulará o cometimento de infrações e conscientizará os condutores quanto à obrigatoriedade do cumprimento das normas de trânsito.

3.3 MAIOR CREDIBILIDADE DA POPULAÇÃO

A população, ao ficar ciente de que as atividades de policiamento de trânsito estão sendo executadas por policiais *altamente capacitados*, sentir-se-á com maior segurança e, consequentemente, a credibilidade que deposita na instituição como um todo será aumentada.

3.4 PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA PM NO PLANEJAMENTO DE TRÂNSITO

CAO/89

Os oficiais pertencentes às organizações militares deverão estar permanentemente atualizados com as modificações in trozidas na legislação e, como profissionais qualificados, participarão ativamente de todo e qualquer planejamento que se realize em nível estadual para analisar/discutir, implementar alterações nas vias de rolamentos, objetivando melhorar o fluxo de veículos e, desastre, reduzir os locais de grandes riscos.

3.5 REDUÇÃO DE OUTROS DELITOS E A EXECUÇÃO DE CAMPANHAS EDUCACIONAIS E PREVENTIVAS

Os integrantes da OPM atuarão na prevenção e combate às ocorrências de trânsito, além de possuírem maiores recursos e conhecimentos, executando suas atividades de forma mais efetiva.

A presença de policiais militares nas proximidades de estabelecimentos de ensino, orientando o tráfego, visando evitar acidentes com estudantes, prevenirá atuações de marginais, principalmente traficantes e consumidores de tóxicos.

Este serviço efetuado pelos policiais de trânsito traz muitos elogios para a corporação. Realizado por policiais "especializados", os elogios dobrarão.

Mediante cronograma planejado, integrantes da OPM terão maior disponibilidade de tempo e conhecimentos para elaborarem e executarem campanhas preventivas de acidentes junto às comunidades, principalmente junto ao público estudantil.

CAO/89

4 — DOCTRINA DE PROCEDIMENTOS E AUTO CONFIANÇA

A padronização de procedimentos a serem adotados nos atendimentos de todos os tipos de ocorrências será facilmente conseguida, o que evitará multiplicidade de procedimentos que acarretam, muitas vezes, erros e falhas que geram descrédito junto à população.

O policial militar, conhecendo sua missão principal e possuindo conhecimentos adequados, terá maior auto confiança e desta forma, executará com maior eficácia suas atividades.

5 — COMO DEVE SER O POLICIAL MILITAR DE TRÂNSITO

5.1 FORMAÇÃO

O curso de formação para soldados poderá ser desenvolvido em duas fases; na primeira, com duração de quatro meses, o policial militar teria uma carga horária suficiente do ensino generalizado que lhe permitiria adotar as providências iniciais cabíveis em ocorrências não pertinentes à sua "especialização". Na outra fase, com uma duração de dois meses, seria administrado ao policial militar o ensino técnico profissional inteiramente voltado ao Policiamento Ostensivo.

5.2 PERFIL PROFISSIONAL

Ninguém o estabeleceu ainda, apesar disso, parece-nos possível identificar algumas de suas características básicas. Assim:

CAO/89

5.3 CONDIÇÕES FÍSICAS

Não são necessárias grandes exigências no tocante à estrutura e compleição física; o público alvo não é composto por elementos agressivos e perigosos e sim, por cidadãos que, no máximo, estarão nervosos em razão de um envolvimento em alguma ocorrência.

5.4 CONDIÇÕES INTELECTUAIS

A amplitude e o volume da legislação específica, as constantes modificações ocorridas, a necessidade de interpretação e aplicação desta legislação exigem do homem uma capacitação intelectual que permita a apreensão e a incorporação de todos estes conhecimentos, bem como o desenvolvimento da capacidade de discernimento indispensável a pronto e correto agir.

5.5 CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS

A atuação do policial militar no trânsito urbano exige uma elevada dose de equilíbrio emocional que faça com que ele suporte a rotina, o barulho e todas as demais pressões que enfrenta durante as horas de serviço num semáforo e, ao mesmo tempo, trate o usuário, muitas vezes, agindo erradamente, de forma cortês e civilizada. Há ainda que se considerar, muitas vezes, que ele atua isoladamente e sem o apoio imediato do companheiro.

5.6 HABILITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Basicamente, a do policial militar de trânsito é repre

sentado não só pelo completo domínio da legislação inerente mas também pela capacitação para a realização de perícias, com elaboração de croquis.

Quando a Delegacia de Acidentes de Trânsito não comparece^o ao local do acidente.

Preferencialmente, para melhor acompanhar a prevenção dos acidentes combatendo o desrespeito às normas vigentes, o policial de trânsito necessita conhecer melhor as atividades e as técnicas da educação e da engenharia de trânsito, por seus envolvimento comuns, nesse objetivo.

Não se pode esquecer, todavia, que a postura e a compostura do policial de trânsito, no trato com o público, também são importantes e fundamentais para que a comunidade aceite e confie em sua atuação.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

CAO/89

C O N C L U S ã O

CAO/89

CONCLUSÃO

O autor procurou fundamentar, no presente trabalho, exigência curricular do curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, a necessidade em se *especializar* uma organização policial militar nas suas atividades Central de Operações, Policiamento Rádipatruilha e Policiamento de Trânsito.

A violência é como o próprio ser, no seu envolver sempre crescente, acompanhando as gerações que substituem e que modificam o comportamento humano e por se conceber a sua presença como a sombra mais negra que enrubesce as faces e grisalha os cabelos do homem mais prematuramente, é que se procura dar-lhe combate, procurando-se evitar que se propale com mais constância entre as comunidades, fomentando as atividades sociais e profissionais, mantendo o homem estimulado a exercícios mais nobres, que não o desole e nem o incentive à ociosidade e a outras formas de participações que possam conduzi-lo à marginalidade.

Para tanto, inicialmente, considerações foram feitas sobre o grave problema que hoje representa a nação o excessivo e crescente número de ocorrências policiais que ceifam milhares de vidas.

A seguir, comentários foram realizados à luz dos prin-

CAO/89

cípios e características preconizados, os quais se evidencia que as grandes organizações atuais para sobreviverem, manterem-se, crescerem ou se desenvolverem, necessitam *especializar* suas funções, não só para satisfazerem as exigências sempre crescentes da comunidade.

Neste aspecto, é incontestável que as polícias militares, em razão das inúmeras missões que executam, dos recursos materiais e humanos que possuem, enquadram-se como grandes organizações e, conseqüentemente, precisam estar, permanentemente, atentas às preocupações e anseios das comunidades a que servem e, através de medidas oportunas, satisfazê-los com a execução eficaz de suas atribuições legais.

Dos princípios apregoados pelas modernas teorias da administração, ênfase especial foi dispensada à interação que deve ocorrer entre a corporação e as comunidades e pela qual ela, ao receber influências das aspirações da população para uma melhor proteção, não deve medir esforços em se reestruturar adequadamente, objetivando prestar-lhe uma segurança mais efetiva.

Foi visto que um conjunto de medidas deve ser adotado para evitar a ocorrência policial, dentre as quais foram aventadas: *maior rigor na legislação penal, maior agilização dos processos.*

A Polícia Militar, em razão de sua destinação, tem responsabilidades neste conjunto de medidas e deve, portanto, possuir efetivos capacitados para atuarem eficazmente na prevenção e repressão e este objetivo somente será plenamente atingido, se houver uma organização policial especializada, em que

CAO/89

seu efetivo possua conhecimentos suficientes para adotar as me di das i n ic ia i s no atendimento de quaisquer ocorrências polici-
ais, mas que esteja em condições ideais para atuar neste tipo
de *policciamento específico*, o que evitará o comprometimento de fa
l h as e, indubitavelmente, proporcionará maior segurança à popu-
lação.

Após vantagens e desvantagens da *especialização* dos ti-
pos de policiamento, foram apresentadas e conclui-se que há uma
supremacia daquelas, em razão do grau de escolaridades que pos-
suem os policiais militares; existe dificuldade em assimilar os
conhecimentos jurídicos, técnicas e procedimentos necessários
para atuarem com eficiência em todos os tipos de ocorrências po-
liciais e que há, portanto, necessidade em se compartimentar
seus conhecimentos e solidificá-los em uma única atividade prio-
ritária — *especialização*.

Estamos cientes de que vivenciamos um momento decisivo
para o futuro de nossas instituições e não há como negar a ne-
cessidade de mantermos uma constante interação com a socieda-
de, objetivando indentificarmos suas preocupações e aspirações
e, através de esforço conjunto e concentrado, atendê-las de for
ma eficaz para assim, obtermos sua confiança e credibilidade e
demonstrarmos o nosso valor no contexto nacional.

Estou convicto de que o tema desenvolvido é polêmico,
pois em todas as Polícias Militares defensoras da execução do
policciamento de forma integrada ou de forma *especializada*, atra-
vés de argumentos os mais diversos, sustentar suas opiniões.

Se o presente trabalho propiciar subsídios para discus

CAO/89

sões e permitir que se chegue a um tipo ideal de policiamento, que efetivamente traga segurança à população, terei atingido o meu objetivo, que é trazer uma melhor prestação de serviço à comunidade.

Nossa vida é guardar sua vida!

CAO/89

grafia. Rio de Janeiro, 1987, 1ª edição.

VIANA, Ademir Rui de Paula, Cel.PM. Normas para policiamento de Rádio-Patrolha. Polícia Militar do Ceará.

CAO/89

ANEXO 4

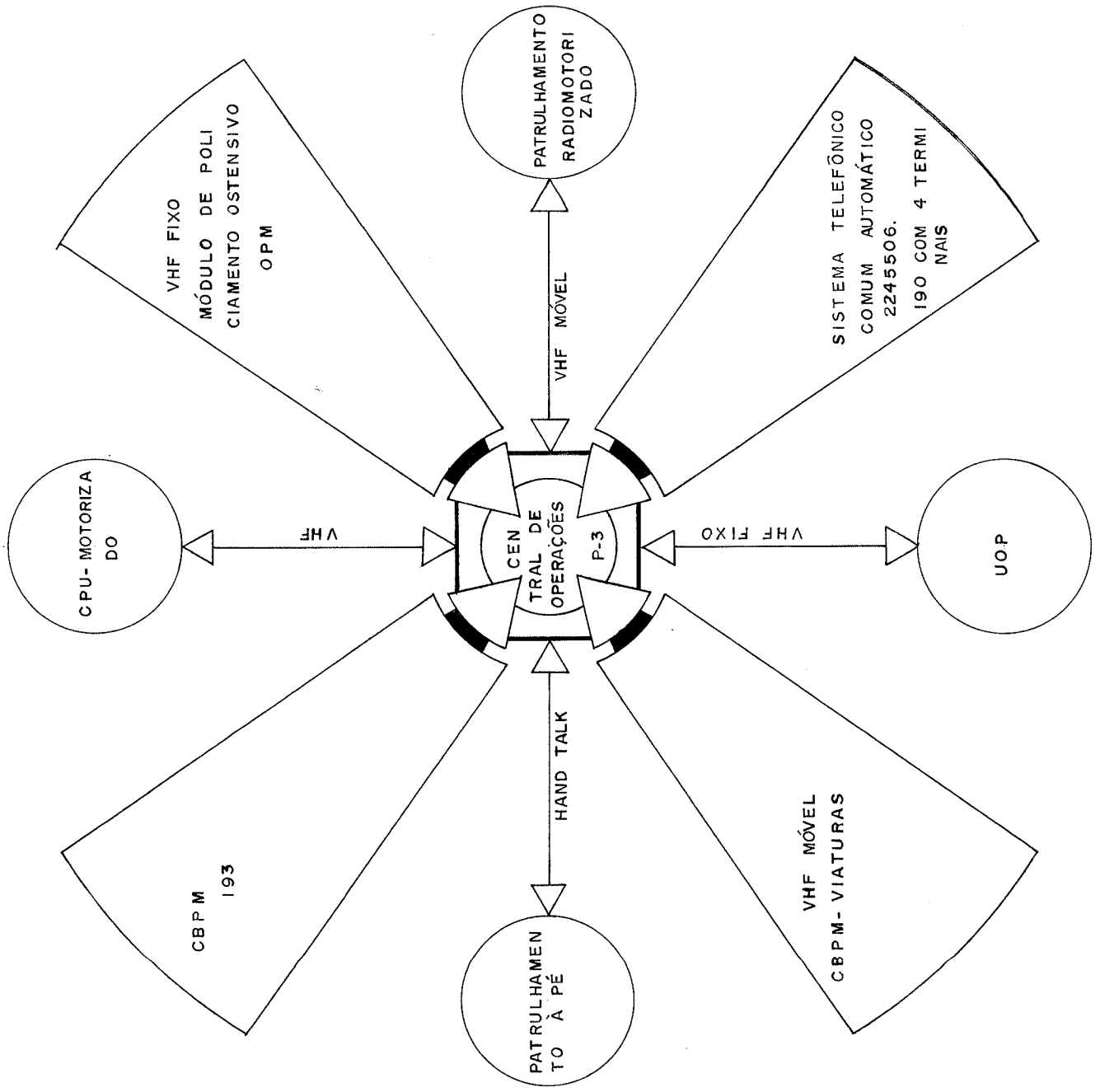
CRITÉRIOS PARA UM POLICIAMENTO DE
RÁDIO-PATRULHA

CAO/89

ANEXO 3

MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM A CENTRAL

CAO/89



A N E X O S

CAO/89

ANEXO 1

LOCALIZAÇÃO DE RORAIMA NO PONTO
DE VISTA GEOGRÁFICO

CAO/89



GOIÂNIA - 1989

ANEXO 2

DESDOBRAMENTO DO EFETIVO DA POLÍCIA
MILITAR (INTERIOR)

CAO/89



ESTADO DE RORAIMA

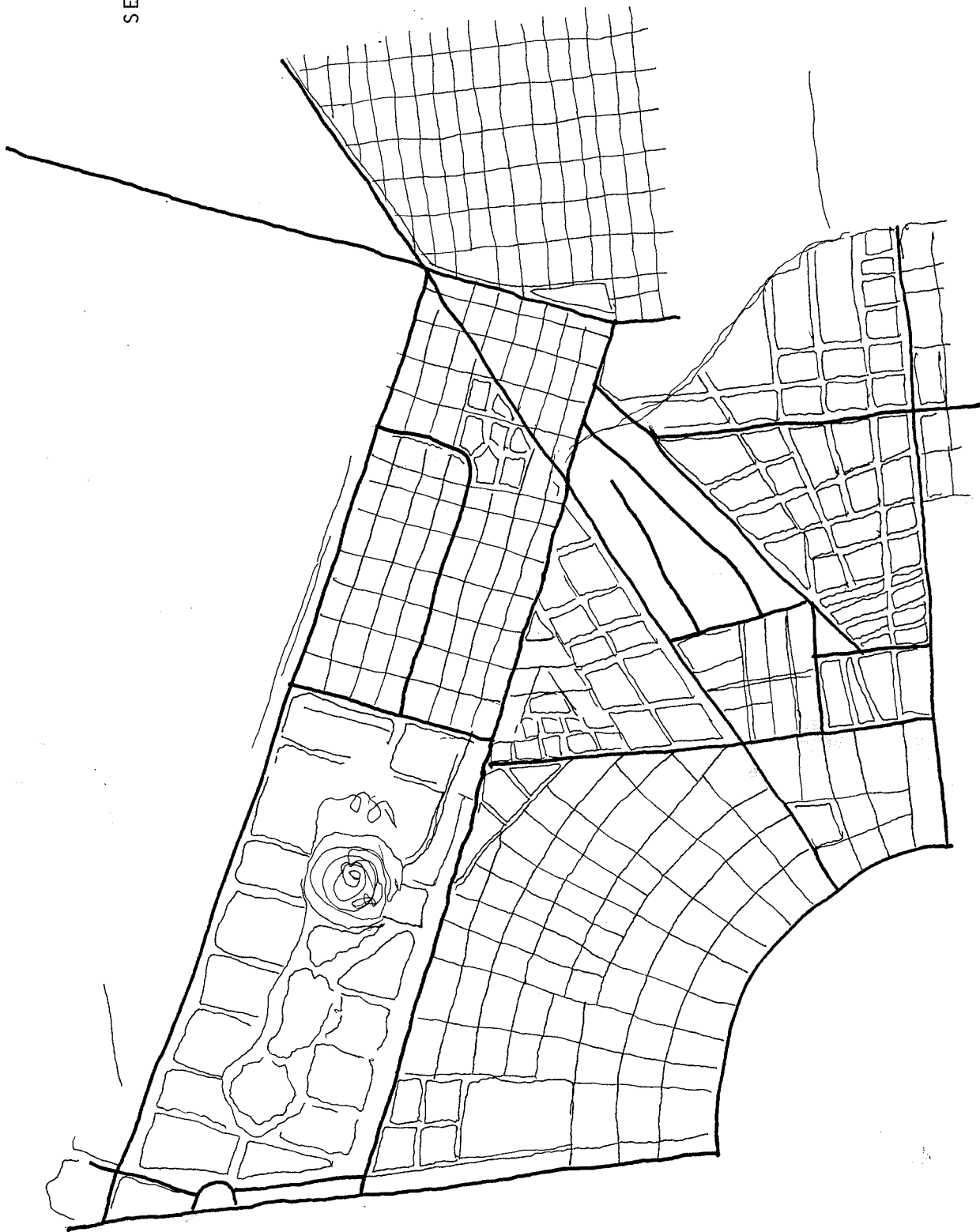
LEGENDA

- ◆ - BATALHÃO
- - COMPANHIA
- - DETACAMENTO

POLICIAMENTO URBANO DE BOA VISTA

SUB-ÁREA "A"
SETOR 11 (RESIDENCIAL)

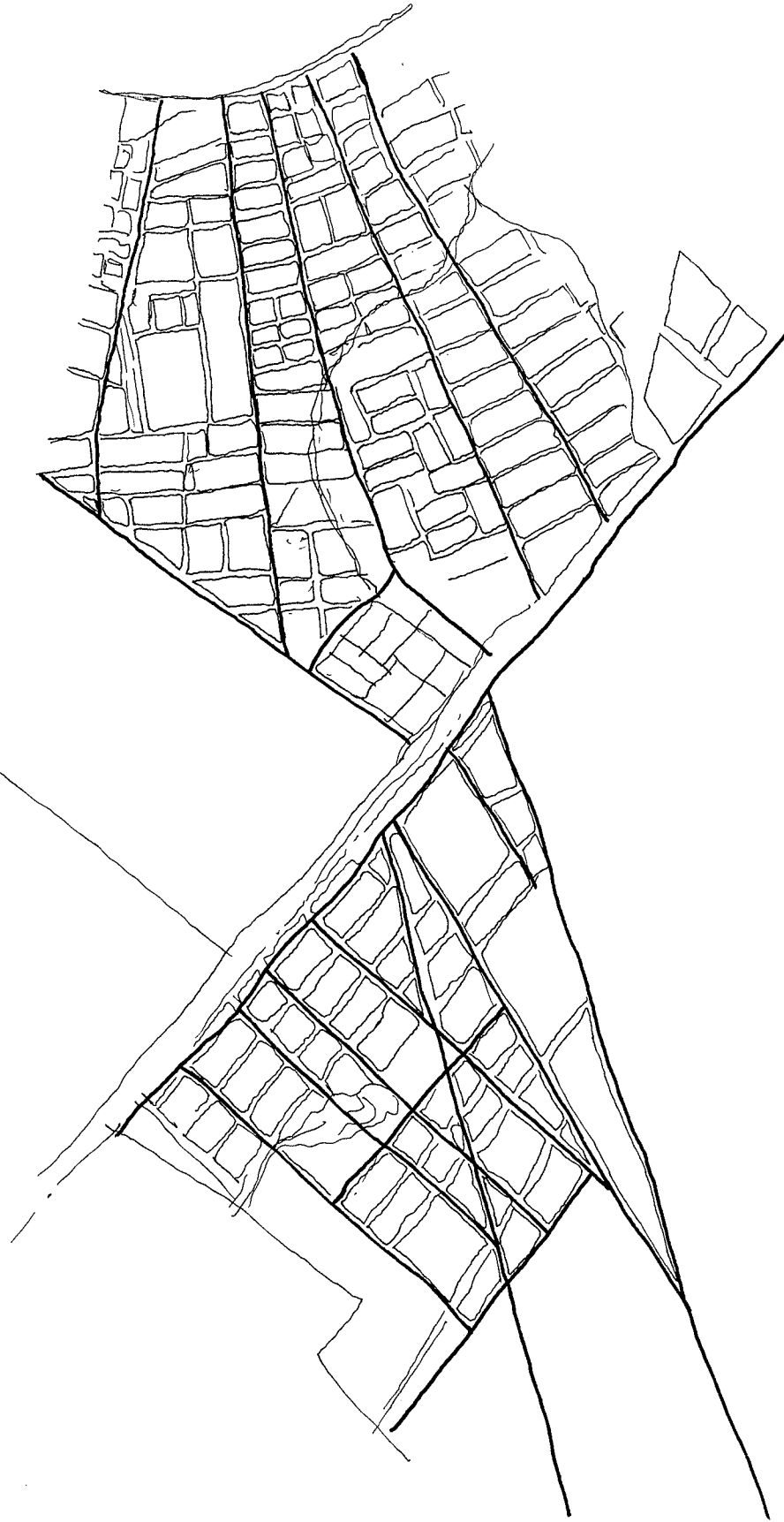
SUB-SETOR ECHO
(ANEXO G)



SS-E (MPO 05 = BAIRRO DOS ESTADOS E MPO = AEROPORTO)

- BAIRRO DOS ESTADOS
- BAIRRO DE APARECIDA
- BAIRRO DE SÃO FRANCISCO
- BAIRRO 13 DE MARÇO
- BAIRRO CANARINHO
- CAÇARI

PLANO DE POLICIAMENTO URBANO DE BOA VISTA



SUB-ÁREA "A"
SETOR II (RESIDENCIAL)

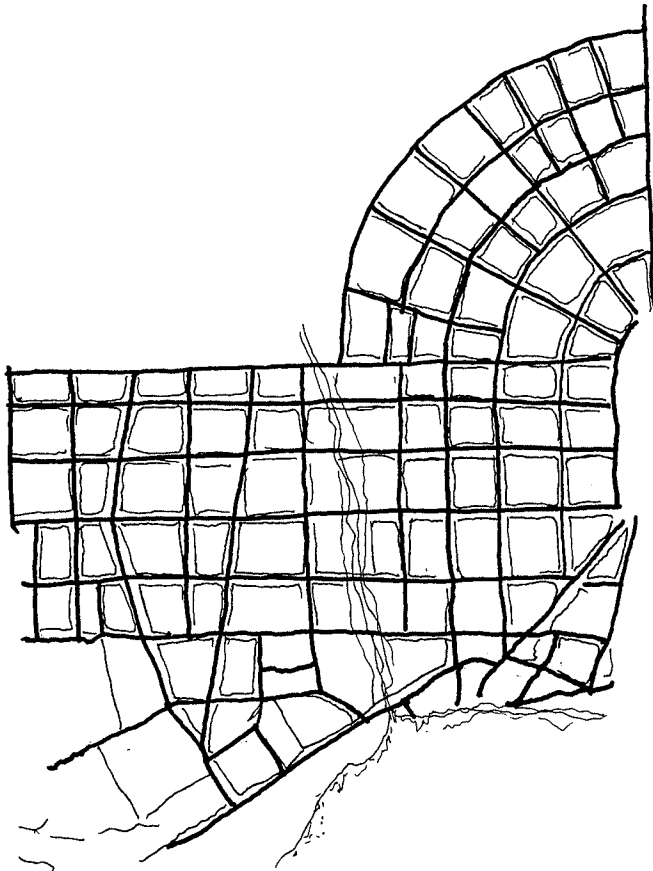
SUB-SETOR FOXTROT
(ANEXO H)

SS-F (MPO 06 = MECEJANA)

- BAIRRO DE MECEJANA
- LOTEAMENTO JARDIM FLORESTA

SUB-ÁREA "A"
SETOR I (COMERCIAL)

SUB-SETOR BRAVO
(ANEXO D)

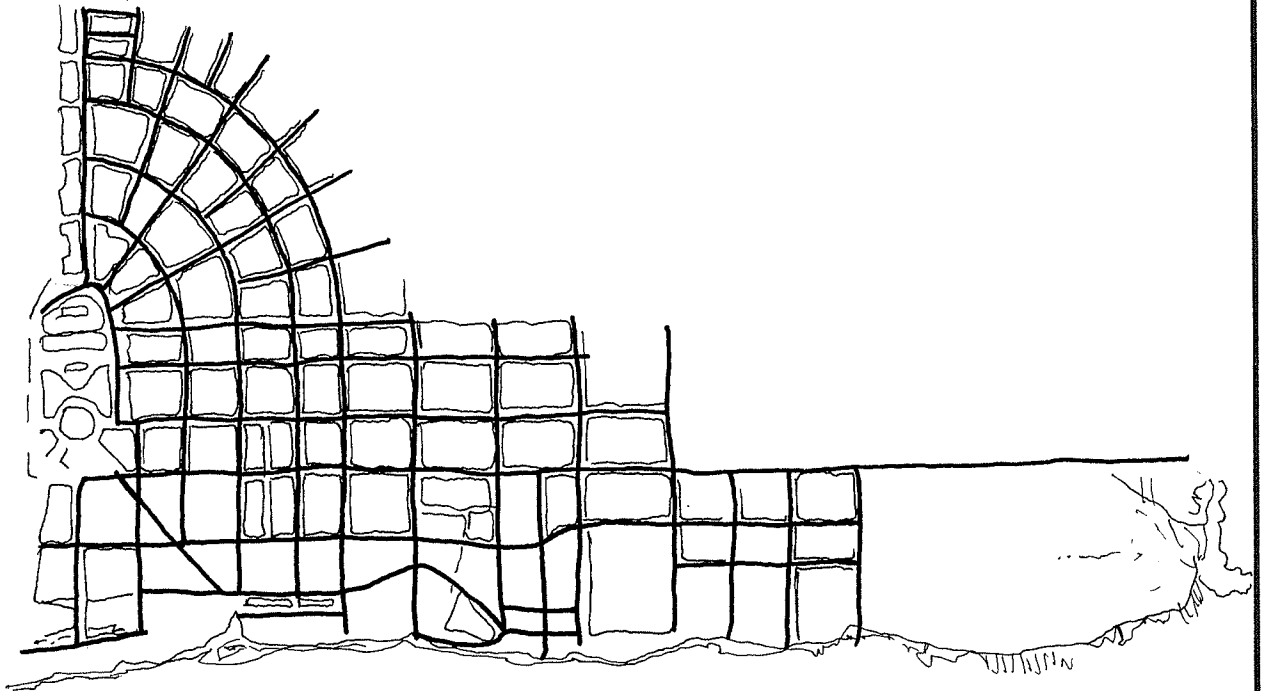


SS-B (MPO 02 = BEIRAL)

- . BAIRRO FRANCISCO CAETANO FILHO
- . BAIRRO DA OLARIA

SUB-ÁREA "A"
SETOR I (COMERCIAL)

SUB-SETOR ALFA
(ANEXO C)



SS-A (MPO 01 = AV. JAIME BRASIL)

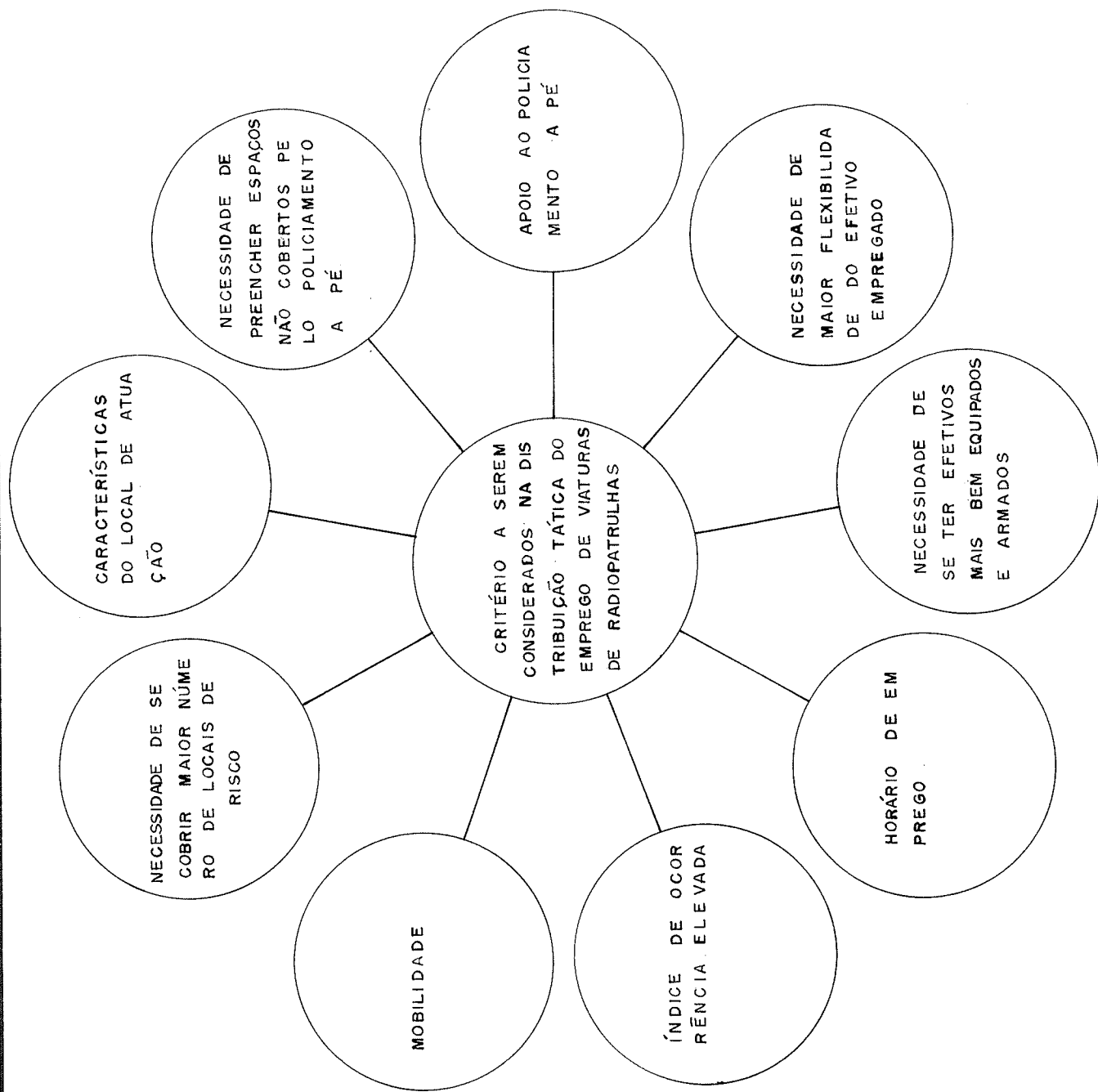
- . PRAÇA DO CENTRO CÍVICO
- . BAIRRO DE SÃO PEDRO

ANEXOS 5, 6, 7, 8, 9 e 10

RORAIMA ESTÁ DIVIDIDA EM SUB-ÁREAS A E B, SUB-ÁREA "A" CAPITAL, ESTÁ DIVIDIDA EM SEIS SUB-SETORES. DENTRO DESTES SUB-SETORES EXISTEM:

- MÓDULO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO — MPO
- POSTO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO — PPO
- POLICIAMENTO A PÉ
- POLICIAMENTO DE RÁDIO-PATROLHA
- POLICIAMENTO DE TRÂNSITO

CAO/89



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAO/89

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Maria Cecília M. Técnicas de Metodologia Científica, Construindo o saber. São Paulo — 1988.

DA ROSA, Carlos Goulart. Folheto Histórico editado pela Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. Inspetoria Geral das Polícias Militares.

NORMAS PARA O FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE OPERAÇÕES. (Polícia Militar do Ceará).

NORMAS PARA IMPLANTAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL MOTORIZADO. (Polícia Militar do Ceará).

NORMAS PARA IMPLANTAÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO URBANO DE BOA VISTA. (P31CPCI/88)

PLANO DE POLICIAMENTO URBANO DE BOA VISTA (P31CPCI/88)

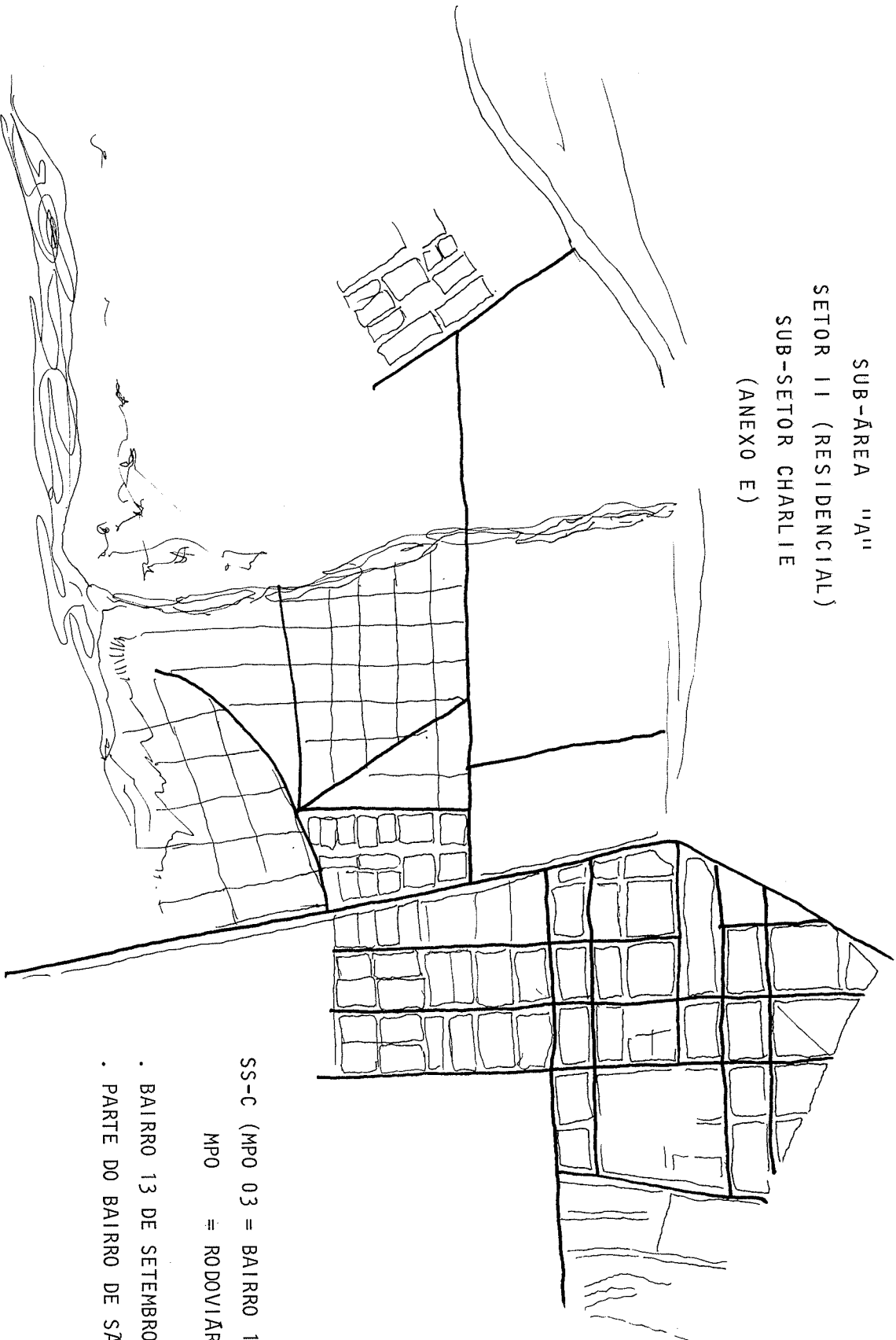
SOUZA, João Mendonça. A Manaus-Boa Vista. (Roteiro Histórico)

THOMPSON, Augusto. Manual de orientação para preparo de Mono-

CAO/89

PLANO DE POLICIAMENTO URBANO DE BOA VISTA

SUB-ÁREA "A"
SETOR II (RESIDENCIAL)
SUB-SETOR CHARLIE
(ANEXO E)



- SS-C (MPO 03 = BAIRRO 13 DE SETEMBRO e
- MPO = RODOVIÁRIA)
- BAIRRO 13 DE SETEMBRO
- PARTE DO BAIRRO DE SÃO VICENTE